



FACULDADE
CERRADO

**CURSO DE GESTÃO PÚBLICA
PROJETO INTEGRADOR II**

FORMULAÇÃO E DESDOBRAMENTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

FORMULAÇÃO E DESDOBRAMENTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Projeto apresentado ao Curso Superior de Gestão Pública da Faculdade Cerrado, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à conclusão da disciplina Projeto Integrador II.

Profª Orientadora: Maria do Rosário Lopes

Juliana Gonçalves Lopes Barros
Claudimara Melgaço Ribeiro
Luís Felipe Rodrigues
Paula Liriana De Carvalho Vaz

SUMÁRIO

1.DELIMITAÇÃO DO TEMA	04
2. PROBLEMA DE PESQUISA	04
3. JUSTIFICATIVA	04
4. OBJETIVOS	05
4.1 Objetivos Gerais.....	05
4.2 Objetivos Específicos.....	05
5. REFERENCIAL TEÓRICO.....	06

1. DELIMITAÇÃO DO TEMA

As políticas públicas são ações governamentais dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas. As políticas podem ser sociais (saúde, assistência, habitação, educação, emprego, renda ou previdência), macroeconômicas (fiscal, monetária, cambial, industrial) ou outras (científica e tecnológica, cultural, agrícola, agrária). Usualmente o ciclo das políticas públicas, são concebidos como processo de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação.

As políticas públicas, são princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais.

2. PROBLEMATIZAÇÃO

As últimas décadas registraram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Vários fatores contribuíram para a maior visibilidade desta área. O primeiro foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade.

Sendo assim, o presente trabalho estabeleceu como problema de pesquisa investigar o seguinte: quais os principais desafios nas formulações e desdobramentos das políticas públicas?

3. JUSTIFICATIVA

O presente trabalho partiu da necessidade de entender, as principais dificuldades enfrentadas nas formulações das Políticas Públicas na sociedade, até sua implementação.

Discorrer sobre as formulações e desdobramentos das políticas públicas, justifica-se pelo fato de que, as Políticas Públicas afetam a todos os indivíduos de uma sociedade, de todas as escolaridades, independente de sexo, religião, raça ou nível de renda. A função que o Estado desempenha em nossa sociedade sofreu inúmeras transformações ao passar do tempo. No século XVIII e XIX, seu principal objetivo era a segurança pública e a defesa externa em caso de ataque inimigo. Entretanto, com o aprofundamento e expansão da democracia, as responsabilidades do Estado se diversificaram. Atualmente, é comum se afirmar que a função do Estado é promover o bem-estar da sociedade.

Para tanto, ele necessita desenvolver uma série de ações e atuar diretamente em diferentes áreas, tais como saúde, educação, meio ambiente.

Assim, é possível notar que para que possa ter formulações e desdobramentos das políticas públicas, necessita-se desenvolver uma série de ações e atuar diretamente em diferentes áreas, tais como saúde, educação, meio ambiente. Dito de outra maneira, as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. Sendo assim o interesse público – o qual, por sua vez, reflete as demandas e expectativas da sociedade – se forma a partir da atuação dos diversos grupos que durante a apresentação de suas reivindicações tentam obter apoio de outros grupos, mas também sofrem oposição daqueles que têm outras reivindicações contrárias. O interesse público se forma, portanto, por meio da disputa de todos os grupos da Sociedade Civil Organizada (SCO).

Em outras palavras, as Políticas Públicas são o resultado da competição entre os diversos grupos ou segmentos da sociedade que buscam defender (ou garantir) seus interesses. Tais interesses podem ser específicos – como a construção de uma estrada ou um sistema de captação das águas da chuva em determinada região – ou gerais – como demandas por segurança pública e melhores condições de saúde.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Apresentar as relevâncias das políticas públicas e seus desdobramentos quando aplicada na sociedade.

4.2 Objetivos específicos

- Conceituar Políticas Públicas;
- Relatar os principais desafios das Políticas Públicas;
- Analisar os impactos negativos das Políticas Públicas na sociedade quando não realizada.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

Conceito de Políticas Públicas

Entender a origem e a ontologia de uma área é importante para melhor compreender seus desdobramentos, sua trajetória e suas perspectivas. A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que propriamente na produção dos governos. Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o Estado e sobre o papel de uma das mais importantes instituições do Estado, ou seja, o governo, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

Na área do governo propriamente dito, a introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências. Seu introdutor no governo dos EUA foi Robert McNamara¹, que estimulou a criação, em 1948, da

¹ Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Robert_McNamara, acessado 19/10/2020.

RAND Corporation, organização não-governamental financiada por recursos públicos.

A política pública vem acompanhada de uma série de fatores, questões e grupos que devem ser observados para um estudo, na visão de Lindblom. David Easton (1984), em meados da década de 1960, descreve que os resultados das políticas públicas sofrem influência direta de grupos de interesse; sendo a política pública um sistema com diversas interfaces.

Ao trabalharmos com definições de políticas públicas assumimos o risco de limitar o papel dessas ações para efetuar quaisquer análises. É entendido que uma política para ser implementada passa por fases e processos sociais. Um embate a respeito de ideias e formas de agir que, por vezes, irão direcionar certas práticas políticas. Uma abordagem teórica conceitual deve prezar por uma visão ampla do processo de constituição e aplicação de uma política pública, com isso observa-se a necessidade de reconhecer a força de grupos quanto à natureza política dessas ações.

Por fim entende-se Políticas públicas como diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado.

Segundo Carvalho (2011, p. 02) “Considera-se a segurança pública um processo articulado, caracterizando-se pelo envolvimento de interdependência institucional e social”.

As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social. Visam também ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente. Outras políticas objetivam promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda como forma compensatória dos ajustes criados por outras políticas de cunho mais estratégico (econômicas). Ainda outras são necessárias para regular conflitos entre os diversos atores sociais que, mesmo hegemônicos, têm contradições de interesses que não se resolvem por si mesmas ou pelo mercado e necessitam de mediação. Os objetivos das políticas têm uma referência valorativa e exprimem as opções e visões de mundo daqueles que controlam o poder, mesmo que, para sua

legitimação, necessitem contemplar certos interesses de segmentos sociais dominados, dependendo assim da sua capacidade de organização e negociação.

Sendo assim, segundo Santos (2006) as políticas públicas correspondem à forma com que o Estado busca atender as necessidades coletivas.

O discurso em torno das políticas públicas não está carente de respostas teóricas ou metodológicas, uma vez que o campo de estudo em questão comporta múltiplos olhares. Com isso, é possível perceber que a formulação de políticas públicas irá se converter em projetos, planos, programas que necessitam de acompanhamento e análise constante, visto que, o desenho e execução das políticas públicas sofrem transformações que devem ser adequadas às compreensões científicas e sociais.

Pode-se, então, resumir o que seja política pública, como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

Desafios das políticas públicas

Um dos motivos que leva a falhas nos resultados de políticas públicas é a dissociação que se faz entre elaboração e implementação no processo de planejamento de acordo com algumas visões da prática ou escolas de pensamento.

Diante de uma realidade social cada vez mais complexa e de uma sociedade cada dia mais heterogênea, mas, ao mesmo tempo engajada a participar da gestão pública, órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal — sejam do poder Executivo, Legislativo ou Judiciário — têm enfrentado a necessidade de promover transformações no modo de governar. Seja por um cidadão mais consciente de sua corresponsabilidade na gestão da cidade, por mecanismos bem estabelecidos de transparência ou por um eleitor que parece se posicionar na busca por novos nomes e ideias para a política, a população tem assumido um papel diferente na atuação do poder público e exigido uma maneira própria de se relacionar com ele. No entanto,

restrito por uma legislação que, muitas vezes, não está focada na promoção de mudanças disruptivas que gerem, de fato, um grande impacto na gestão, o poder público permanece, de maneira geral, reproduzindo um modelo desatualizado de administração.

O fato é que, mesmo que gestores públicos tenham consciência desse novo cenário que se impõe — desde, inclusive, a promulgação da Constituição Federal de 88,² que ampliou o conceito de participação social no âmbito do poder público —, eles ainda lidam com desafios substanciais para se adequar a ele.

Destarte, será apresentado alguns desafios atualmente na gestão de políticas públicas.

1. Prestar um atendimento qualificado

Mesmo que o atendimento qualificado aos cidadãos seja o primeiro passo para um serviço prestado com qualidade e de forma a respeitar e resolver as necessidades da população, é nesse ponto em que está uma das mais relevantes lacunas da atuação de órgãos públicos. Prova disso é que não é preciso ir muito longe para encontrar um cidadão com razões para desaprovar um serviço público do qual é usuário.

2. Fomentar uma gestão participativa

Com o senso de corresponsabilidade cada vez mais apurado, os órgãos públicos precisam abrir espaços para que a população participe ativamente da gestão, de forma que a tomada de decisões e a definição de prioridades sejam ações compartilhadas entre poder público e sociedade civil.

Porém, o que vemos ainda é a presença do modelo tradicional de gestão, com uma hierarquia fortemente estabelecida, que acredita que apenas a alta cúpula está apta a debater e propor soluções — a chamada Gestão 2.0. Portanto, fomentar a gestão participativa é um desafio eminente na gestão pública.

3. Absorver e sistematizar as demandas da população

² Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm?utm_source=blog&utm_campaign=rc_blo_gpost . Acessado 19/10/2020

Mesmo com o desafio de fomentar uma gestão participativa superado, é preciso criar mecanismos de absorção, sistematização, encaminhamento e execução das demandas apresentadas pela sociedade. É exatamente nessa circunstância que se apresenta mais um desafio para os gestores públicos no cenário político atual.

4. Promover igualdade social por meio das políticas públicas

Tendo em vista que o papel do Estado é garantir que seu trabalho esteja em conformidade com as necessidades coletivas, o gestor público precisa garantir que as políticas propostas não prestigiem apenas determinados membros ou setores da sociedade, uma vez que segundo o Artigo 5º da C.F³ rege o Princípio Constitucional da Igualdade. Essa situação não é novidade entre os desafios do poder público — já que a desigualdade social ainda faz parte da realidade brasileira —, mas, mesmo assim, há muito o que se fazer para consolidar um trabalho efetivamente heterogêneo e abrangente.

Impactos negativos das Políticas Públicas na sociedade quando não realizada

Em um país onde as ações do poder público são centralizadas, pouco transparentes e muitas vezes interpretadas como paliativas, é fundamental que se compreenda a formulação das políticas públicas, para entendermos que existe planejamento no setor público brasileiro.

As políticas públicas dão forma ao País que queremos e, por isso, é tão importante estarmos de olho nelas. Se estabelecemos uma política pública de redistribuição de renda, por exemplo, estamos sinalizando o enfrentamento da dura desigualdade econômica brasileira, de maneira mais imediata – o que é importante para a parcela da população mais pobre, como os das milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. Como os recursos financeiros do País são

³ Disponível <https://www.conjur.com.br/2010-nov-05/constituicao-1988-marco-discriminacao-familia-contemporanea#:~:text=Artigo%205%C2%BA,%C3%A0%20propriedade%2C%20nos%20termos%20seguintes.> Acessado 19/10/2020.

limitados, as políticas públicas desempenham a importante missão de organizar para onde vai esse montante de dinheiro público.

Quando as políticas públicas não são efetivas o cidadão menos favorecido financeiramente tende a sentir maior impacto. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê várias políticas para os jovens, mas sua aplicação não é ainda uma realidade. Entre os principais problemas da juventude estão a gravidez precoce na adolescência, o alcoolismo, o uso de drogas, a violência praticada pelo tráfico e pelo Estado, e a falta de cuidados básicos na saúde. A falta de uma infraestrutura mínima por parte das gestões públicas e o desconhecimento de parte dos profissionais no trato com a sexualidade e a reprodução deixam os adolescentes desassistidos, em especial as meninas, pois apenas informações sobre funcionamento do aparelho reprodutor e a prevenção a Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) não são suficientes para a conscientização de milhões de jovens, especialmente se falarmos de mulheres jovens e pobres, que, muitas vezes, estão mais expostas à violência sexual, à discriminação por sua condição social ou de gênero.

Atualmente com o cenário da pandemia do coronavírus, expôs de forma abrupta as faces cruéis da extrema desigualdade social, econômica e urbana. Em países como o Brasil, em que as desigualdades são gritantes, grande parcela da população, especialmente urbana, trabalha no mercado informal sem seguridade social, e mora em condição de precariedade extrema. Consequentemente, os efeitos da pandemia se alastram rapidamente nos grupos mais vulneráveis, pela dificuldade de manter as condições de isolamento social necessárias para impedir a contaminação, pela precariedade de atendimento do sistema de saúde, que não dá conta de absorver a demanda, ou mesmo, pela fome. Não é por acaso que os índices de letalidade pela Covid 19 são maiores nas áreas urbanas com menor infraestrutura urbana e serviços públicos.

As políticas sociais são mediadoras das relações do Estado com a sociedade do ponto de vista econômico, social, cultural e de acesso à infraestrutura. De acordo com Behring (2000, p.21), “Em geral, reconhece-se que a existência de políticas sociais é um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, ou seja, do específico modo de produzir e reproduzir-se”.

A falta da produção de políticas públicas de qualidade é um dos grandes problemas históricos enfrentados pelo Brasil, dia 23 de setembro de 2020, foi

lembrado no Ceará o Dia Internacional Contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças. A Organização das Nações Unidas (ONU) informou que aproximadamente 2,5 milhões de brasileiros são vítimas de tráfico, crime que lucra cerca de R\$ 32 bilhões de dólares por ano - 85% desse valor vêm da exploração sexual. Práticas de exploração, incluindo sexual, trabalho escravo, remoção de órgãos e tecidos e até adoção ilegal são crimes no Brasil, conforme a Lei 13.344 de 2016. O estudo *Infância, Gênero e Orçamento Público no Brasil*, produzido pelo Cedeca⁴ Ceará em parceria com a instituição britânica *Save the Children*, expõe uma série de vulnerabilidades que compõem esse universo. A nota técnica mostra, por exemplo, que o gasto do Governo Federal com Educação caiu de R\$ 124,2 bi em 2014 para R\$ 107,3 bilhões em 2018, enquanto o gasto com Direitos da Cidadania foi de R\$ 1,7 bi em 2014 para R\$ 1,4 bilhão em 2018.

O Sinan⁵ mostra que as notificações de violência sexual contra meninas de 0 a nove anos de idade eram 85,3% maior do que casos contra meninos em 2017. Já os casos de negligência e abandono são 14,92% maiores entre meninos da mesma idade. No recorte de 2013 a 2017, o número de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes aumentou de 26,3 mil casos para 37,4 mil notificações. Os números de exploração sexual entre meninos e meninas de 0 a 19 anos, por outro lado, foram de 956 registros em 2013 para 1121 em 2017.

Apesar dos números espantosos sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, o único programa orçamentário nacional de enfrentamento à problemática saiu de um investimento no patamar de R\$ 6,6 milhões em 2013 para R\$ 900 mil em 2016. Piora: o programa "Enfrentamento da Violência Sexual a Crianças e Adolescentes" foi extinto entre 2017 e 2018 do orçamento público.

Violência doméstica, exploração e abuso sexual, fome, desemprego são somente a ponta do problema da ausência de políticas públicas efetivas, a falta da produção de políticas públicas de qualidade é um dos grandes problemas históricos enfrentados pelo Brasil.

⁴ Disponível em <http://www.cedeca.org.br/pagina.cfm?pagina=1> . Acessado em 19/10/2020.

⁵ Disponível em <http://portalsinan.saude.gov.br/> . Acessado 19/10/2020.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em pesquisa aplicada de caráter exploratório, que visa analisar a Formulação e desdobramentos das políticas públicas. O principal objetivo de uma pesquisa exploratória é a obtenção de *insights* e ideias. Muitas vezes, no início de um estudo, os problemas a serem investigados não estão totalmente definidos e faltam informações para a sua compreensão completa.

Segundo Mattar (2001), os métodos utilizados pela pesquisa exploratória são amplos e versáteis. Os métodos empregados compreendem: levantamentos em fontes secundárias, levantamentos de experiências, estudos de casos selecionados e observação informal.

Nesse sentido, os resultados serão apresentados de forma qualitativa, a partir da coleta de informações de fontes secundárias, e livros de diversos autores.

Referência

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CONJUR. **Carta de 1988 é um marco contra discriminação**. [s.l.] Disponível em : <https://www.conjur.com.br/2010-nov-05/constituicao-1988-marco-discriminacao-familia-contemporanea#:~:text=Artigo%205%C2%BA.,%C3%A0%20propriedade%2C%20nos%20termos%20seguintes>. Acessado 19/10/2020

EASTON, D. **The Political System: An Inquiry into the State of Political Science**, New York: Knopf, 1953.

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SANTOS, Maria Paula Gomes do. **O Estado e os problemas contemporâneos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. 2009.

SINAN. SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO [S.L]
HYPERLINK "<http://portalsinan.saude.gov.br/>"**<http://portalsinan.saude.gov.br/>** acessado em